



Direitos Fundamentais Trabalhistas: restrições da jurisprudência da crise na pandemia

APRESENTAÇÃO

Guilherme Camargo Massaú

PREFÁCIO

Catarina Santos Botelho

POSFÁCIO

Gilberto Stürmer

Alex Jordan Soares Monteiro Mamede

O livro investiga os limites às restrições a direitos fundamentais trabalhistas no âmbito do controle concentrado de constitucionalidade exercido pelo Supremo Tribunal Federal, que levaram à construção de uma jurisprudência da crise nos anos de 2020 e 2021.

Primeiramente, caracteriza-se a jurisprudência da crise brasileira e os riscos decorrentes de uma importação acrítica das suas principais influências. Em seguida, com base na teoria externa das restrições, analisa-se os limites às restrições a esses direitos sociais, afere-se a possível caracterização desses direitos como cláusulas pétreas, e investiga-se a historicidade subjacente à origem desses direitos na constituinte e as condições para a superabilidade das regras. Na sequência, no terceiro capítulo, são analisados os acórdãos das ADIs 6363 e 6342 e o modelo de deliberação do STF, sobretudo, quanto à forma de expressão das decisões da Corte e às dificuldades do modelo *seriatim*.



Editora Fundação Fênix



**Direitos Fundamentais Trabalhistas:
restrições da jurisprudência da crise na pandemia**

Série Direito

Conselho Editorial

Editor

Ingo Wolfgang Sarlet

Conselho Científico – PPG Direito PUCRS

Gilberto Stürmer – Ingo Wolfgang Sarlet

Marco Felix Jobim – Paulo Antonio Caliendo Velloso da Silveira

Regina Linden Ruaro – Ricardo Lupion Garcia

Conselho Editorial Nacional

Adalberto de Souza Pasqualotto – PUCRS

Amanda Costa Thomé Travincas – Centro Universitário UNDB

Ana Elisa Liberatore Silva Bechara – USP

Ana Maria DÁvila Lopes – UNIFOR

Ana Paula Gonçalves Pereira de Barcellos – UERJ

Angélica Luciá Carlini – UNIP

Augusto Jaeger Júnior – UFRGS

Carlos Bolonha – UFRJ

Claudia Mansani Queda de Toledo – Centro Universitário Toledo de Ensino de Bauru

Cláudia Lima Marques – UFRGS

Clara Iglesias Keller – WZB Berlin Social Sciences Center e Instituto Brasileiro de Ensino

Desenvolvimento e Pesquisa – IDP

Danielle Pamplona – PUCRS

Daniel Antônio de Moraes Sarmiento – UERJ

Daniel Wunder Hachem – PUCPR e UFPR

Daniel Mitidiero – UFRGS

Denise Pires Fincato – PUCRS

Draiton Gonzaga de Souza – PUCRS

Eugênio Facchini Neto – PUCRS

Elda Coelho de Azevedo Bussinguer – UniRio

Fabio Siebeneichler de Andrade – PUCRS

Fabiano Menke – UFRGS

Flavia Cristina Piovesan – PUC-SP

Gabriel de Jesus Tedesco Wedy – UNISINOS

Gabrielle Bezerra Sales Sarlet – PUCRS

Germano André Doederlein Schwartz – UNIRITTER

Gilmar Ferreira Mendes – Ministro do STF, Professor Titular do IDP e Professor aposentado da UNB

Gisele Cittadino – PUC-Rio

Gina Vidal Marcilio Pompeu – UNIFOR

Giovani Agostini Saavedra – Universidade Presbiteriana Mackenzie – SP

Guilherme Camargo Massaú – UFPel

Gustavo Osna – PUCRS

Hermes Zaneti Jr

Hermilio Pereira dos Santos Filho – PUCRS
Ivar Alberto Martins Hartmann – FGV Direito Rio
Jane Reis Gonçalves Pereira – UERJ
Juliana Neuenschwander Magalhães - UFRJ
Laura Schertel Mendes
Lilian Rose Lemos Rocha – Uniceub
Luís Alberto Reichelt – PUCRS
Luís Roberto Barroso – Ministro do STF, Professor Titular da UERJ, UNICEUB, Sênior Fellow na Harvard Kennedy School
Miriam Wimmer - IDP - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa
Mônia Clarissa Hennig Leal – UNISC
Otavio Luiz Rodrigues Jr – USP
Patryck de Araújo Ayala – UFMT
Paulo Ricardo Schier - Unibrasil
Phillip Gil França - UNIVEL – PR
Richard Pae Kim – UNISA
Teresa Arruda Alvim – PUC-SP
Thadeu Weber – PUCRS

Conselho Editorial Internacional

Alexandra dos Santos Aragão – Universidade de Coimbra
Alvaro Avelino Sanchez Bravo – Universidade de Sevilha
Catarina Isabel Tomaz Santos Botelho – Universidade Católica Portuguesa
Carlos Blanco de Moraes – Universidade de Lisboa
Clara Iglesias Keller – WZB Berlin Social Sciences Center e Instituto Brasileiro de Ensino
Desenvolvimento e Pesquisa – IDP
Cristina Maria de Gouveia Caldeira – Universidade Europeia
César Landa Arroyo – PUC de Lima, Peru
Elena Cecilia Alvites Alvites – Pontifícia Universidade Católica do Peru
Elena Alvites Alvites - PUCP
Francisco Pereira Coutinho – Universidade NOVA de Lisboa
Francisco Ballaguer Callejón – Universidade de Granada - Espanha
Fernando Fita Ortega - Universidade de Valência
Giuseppe Ludovico - Universidade de Milão
Gonzalo Aguilar Cavallo – Universidade de Talca
Jorge Pereira da Silva – Universidade Católica Portuguesa
José João Abrantes – Universidade NOVA de Lisboa
José Maria Porrás Ramirez – Universidade de Granada – Espanha
Manuel A Carneiro da Frada – Universidade do Porto
Paulo Mota Pinto – Universidade de Coimbra
Pedro Paulino Grandez Castro – Pontificia Universidad Católica del Peru
Richard Pae Kim – Professor do Curso de Mestrado em Direito Médico da UNSA
Víctor Bazán – Universidade Católica de Cuyo

Alex Jordan Soares Monteiro Mamede

**Direitos Fundamentais Trabalhistas:
restrições da jurisprudência da crise na pandemia**



Editora Fundação Fênix

Porto Alegre, 2023

Direção editorial: Ingo Wolfgang Sarlet
Diagramação: Editora Fundação Fênix
Concepção da Capa: Editora Fundação Fênix

O padrão ortográfico, o sistema de citações, as referências bibliográficas, o conteúdo e a revisão de cada capítulo são de inteira responsabilidade de seu respectivo autor.

Todas as obras publicadas pela Editora Fundação Fênix estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 –
http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Série Direito – 75

Catálogo na Fonte

M264d Mamede, Alex Jordan Soares Monteiro
Direitos fundamentais trabalhistas [recurso eletrônico] : restrições da jurisprudência da crise na pandemia / Alex Jordan Soares Monteiro Mamede. – Porto Alegre : Editora Fundação Fênix, 2023.
171 p. (Série Direito ; 75)

Disponível em: <<http://www.fundarfenix.com.br>>
ISBN 978-65-5460-038-5
DOI <https://doi.org/10.36592/9786554600385>

1. Direitos fundamentais. 2. Direito trabalhista. 3. Crise econômica.
4. Pandemia - Economia. I. Título

CDD: 340

Responsável pela catalogação: Lidiane Corrêa Souza Morschel CRB10/1721

PREFÁCIO

Numa dissertação de mestrado aprovada com nota máxima e com louvor académico (“voto de louvor”), o agora mestre Alex Jordan Soares Monteiro Mamede abordou a temática das restrições a direitos fundamentais juslaborais no âmbito do controle concentrado de constitucionalidade exercido pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em especial, foi analisada a jurisprudência da crise nos anos de 2020 e 2021, num contexto em que a crise económica coincidiu (e assim se exacerbou) com a pandemia.

O mestre Alex Jordan Soares Monteiro Mamede não se limitou a estudar a doutrina e jurisprudência brasileiras, mas procurou olhar em seu redor e além-mar, indagando outras e novas fontes de inspiração. Ao mesmo tempo, não se deixou deslumbrar acriticamente pelas demais experiências constitucionais, mas procurou apreender aquilo que de positivo – e de construtivo – haveria a colher para a realidade política, social e jurídica do Brasil.

O Autor percorreu sobre os limites às restrições de direitos sociais, sobre a sua possível caracterização como “cláusula pétrea” (e os concomitantes problemas desse conceito, na encruzilhada da democracia e do constitucionalismo). Não há dúvidas de que os direitos sociais se encontram numa zona de interseção entre o político e o jurídico. Por um lado, acompanham o inesgotável debate político sobre a melhor forma de alcançar e otimizar uma proteção adequada dos direitos sociais num Estado social. Por outro lado, tal como resultam consagrados na Constituição brasileira – e noutras constituições igualmente aspiracionais, tal como a Constituição portuguesa – são também um “problema jurídico-constitucional” (Jorge Reis Novais). Com arrimo nas reflexões do anterior Presidente do Comité Europeu dos Direitos Sociais, o Professor Giuseppe Palmisano, afigura-se-nos que os direitos sociais, por se encontrarem umbilicalmente ligados à dignidade humana, são uma pedra angular da coexistência humana e da solidariedade. Assim, não somente por razões normativas, mas também por argumentos pragmáticos e até económicos, a aposta na prossecução dos direitos sociais é uma opção

estruturalmente acertada e que tem implicações na maior confiança dos cidadãos, nas instituições democráticas, e no reforço da coesão social.

Na dissertação que agora se publica, Alex Jordan Soares Monteiro Mamede apresentou uma leitura crítica sobre o modelo de deliberação do STF, sugerindo o aperfeiçoamento da formatação da ementa, que atualmente é elaborada após o julgamento pelo ministro-redator do acórdão. Na sua opinião, a introdução da praxe da votação das ementas, além de conferir maior legitimidade ao texto, permitiria igualmente uma representação mais fiel do fundamento maioritário, e contribuiria para mitigar o problema da difícil identificação do fundamento maioritário ou da *ratio decidendi* dentro do modelo *seriatim* adotado pelo STF.

Queria reiterar que foi uma alegria coorientar, juntamente com o Professor Doutor Guilherme Camargo Massáu, esta excelente dissertação, escrita com tanto empenho, brilhantismo e humildade intelectual. A terminar, desejo que este não seja um ponto de chegada, mas um ponto de partida para novas aventuras académicas, na certeza de que o mestre Alex Jordan Soares Monteiro Mamede tem muito para contribuir para o pensamento académico do século XXI.

*Catarina Santos Botelho*¹

¹ Professora na Escola do Porto da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Doutora em Direito pela Universidade Católica Portuguesa (UCP/Porto).